

POLÍTICAS PÚBLICAS NO ESPAÇO ESCOLAR: UM DIAGNÓSTICO DE SUA EFICIÊNCIA E EFICÁCIA NA ESCOLA MUNICIPAL ANTÔNIO CLARISMUNDO SCHEFFER EM SAPEZAL - MT¹

Neize Fatima de Souza²

RESUMO:

Esta pesquisa busca analisar os impactos do programa Bolsa Família no rendimento escolar de alunos da Escola Municipal Antônio Clarismundo Scheffer que cursaram o 6º ao 9º ano nos anos de 2012 e 2014. O método adotado compara mudanças na taxa de aprovação e evasão escolar de alunos que recebem o Programa Bolsa Família em relação aos alunos que não recebem o referido benefício.

PALAVRAS - CHAVE: Educação. Bolsa Família. Rendimento Escolar.

ABSTRACT:

This research seeks to analyze the impacts of the Family allowance program in the academic achievement of students from the Escola Municipal Antônio Clarismundo Scheffer who attended the sixth to ninth grade in 2012 and 2014. The method adopted compares changes in approval rate and truancy of pupils receiving the Family allowance program in relation to students who do not receive this benefit.

Key words: Education. Bolsa Família. School Performance

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como principal objetivo analisar os impactos do programa bolsa família no contexto escolar, especificamente, na Escola Antônio Clarismundo Scheffer, no município de Sapezal Mato Grosso. A partir dos dados do censo escolar da referida escola, que atende alunos de 6º ao 9º ano do ensino fundamental.

O recorte temporal para a pesquisa é de dois anos 2012 e 2014, o espaço de tempo selecionado deriva da preocupação em ressaltar as diferentes possibilidades dos dados a serem analisados e o fato da escola

¹ Artigo científico sob orientação da professora Dr^a Regina Menacho de Oliveira, solicitado no curso de mestrado em Ciência da Educação pela Universidade Internacional Três Fronteiras.

² Graduada em História pela Universidade do Estado de Mato Grosso

selecionada ter os dados a partir de 2012. Diante do fato de que muito está sendo escrito sobre o tema, esta pesquisa se justifica pela necessidade de se refletir sobre as lacunas existentes dentro do município de Sapezal – MT.

A problemática desta pesquisa está centrada na seguinte questão: Que impactos o Programa Bolsa Família propiciou no rendimento escolar dos alunos nos anos de 2012 e 2014? Por isso, apresentamos a hipótese sobre os dados coletados que servirá de base para os gestores públicos do município para uma possível interferência se necessário for.

Para Rua (2012, p. 28), “políticas públicas são princípios norteadores do poder público que mediam sociedade e Estado.” Sobre o assunto, Teixeira (2002, p. 2) afirma: “[...] políticas públicas são aquelas em que é preciso considerar a quem se destinam os resultados ou benefícios, e se seu processo de elaboração é submetido ao debate público.” Porém, Quadros (2008) com o intuito de conduzir-nos a uma reflexão, discute a influência das políticas públicas educacionais no dia a dia das escolas e no ensino aprendizagem. Tem que haver com sua fala nesse parágrafo para complementar.

[...] Saber ler e escrever, calcular, compreender e interpretar são elementos que colaboraram para que os indivíduos busquem sua liberdade, sua emancipação, situando-se diante dos diferentes episódios sociais econômicos e políticos para então posicionar-se de forma crítica diante de novos desafios. Ser proficiente em português e matemática não garante ao indivíduo um pensar autônomo e crítico, mas amplia suas condições de compreensão do mundo. (QUADROS, 2008, p.52).

A autora, também dá ênfase à importância do trabalho pedagógico estar direcionado para promover a autonomia do aluno, bem como o desenvolvimento de suas habilidades cognitivas, que, segundo ela, se o professor não atua de forma que a criança consiga sua autonomia, bem como não se desenvolve, estará indo a escola sem estabelecer relações de aprendizagens.

Pires (2013) diz que os principais objetivos dos programas de políticas públicas na educação é incrementar a frequência escolar de crianças pobres para promover melhores condições a elas para que, quando adultas, tenha a oportunidade de ingressassem no mercado de trabalho, aumentando a renda e,

consequentemente, fazendo com que saíssem da condição de pobreza em relação à geração de seus pais. Associado a isso, a exigência de frequência escolar para crianças e jovens também foi estabelecida com o intuito de contribuir para o enfrentamento do trabalho infantil no Brasil.

2. O SURGIMENTO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

De acordo com Bicher (2010), o Programa Bolsa Escola, surgiu dentro da lógica da universalização da educação fundamental, fornecendo, para tanto, bolsas para crianças de 7 a 14 anos a partir do critério de renda familiar e visando ainda o desenvolvimento de ações sociais educativas e a promoção da cidadania por meio de controles sociais do governo.

Segundo a autora:

[...] em uma primeira tentativa de solucionar problemas de coordenação e sobreposição de programas, inicia-se ainda no governo FHC outra importante novidade institucional, o Cadastro Único é instrumento utilizado para a identificação das famílias em situação de pobreza em todos os municípios brasileiros, visando armazenar com segurança informações cadastrais sobre as famílias e assim melhorar a focalização nos mais pobres. (BICHER, 2010, p. 19).

Segundo Pires (2013) quanto as condicionantes para aqueles que conseguissem se cadastrar e receber os benefícios deveriam seguir algumas regras para que se mantivessem filiados ao programa:

As principais contrapartidas do programa estão associadas às áreas de educação e saúde: as famílias devem manter crianças e adolescentes em idade escolar frequentando a escola e cumprir os cuidados básicos em saúde seguindo o calendário de vacinação para as crianças de 0 a 6 anos, e a agenda pré e pós para as mães em amamentação. (PIRES, 2013, p. 23)

Em termos institucionais, a exigência dessas contrapartidas é defendida por sua suposta contribuição ao desenvolvimento de capital humano no longo prazo, perspectiva que aborda a pobreza para além da simples insuficiência de renda, sendo que, no curto prazo, o alívio imediato da pobreza é realizado por meio das transferências monetárias. (BICHER, 2010, p.23).

Segundo Teixeira (2002), os dois primeiros municípios a iniciaram no Programa Bolsa Escola foram Brasília e Campinas. Esses programas, iniciados

em 1995, disponibilizavam pagamentos em dinheiro para famílias pobres com crianças entre 6 e 15 anos na condição de que elas se matriculassem na escola e tivessem frequência de pelo menos 85% dos dias 3 letivos.

Já em 1998, mais de 50 municípios em sete estados tinham programas semelhantes, mas representavam apenas 1% dos mais de 5500 municípios brasileiros. Dada a popularidade do programa e as avaliações positivas sobre os outros programas de transferência condicionada de renda na América Latina, o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso instituiu o Bolsa Escola como programa federal, em abril de 2001. No final de 2001, quase 5 milhões de famílias em mais de 5000 municípios (de um total de 5560) recebiam os benefícios. (BARROS, 2006).

A partir de 2003, o Presidente Luís Inácio Lula da Silva expandiu o Bolsa Escola para outros tipos de famílias e renomeou o programa como Bolsa Família. Os benefícios foram estendidos a famílias em situação de pobreza com crianças de 0 a 5 anos de idade ou com mulher grávida ou amamentando e para todas as famílias em situação de extrema pobreza (mesmo sem crianças). (BRICHER, 2010).

Em 2005, para ser elegível ao Programa Bolsa Família, a renda familiar mensal per capita devia ser inferior a 120 Reais, ou seja, inferior a meio salário mínimo. Famílias com renda mensal per capita entre 60 e 120 Reais eram elegíveis se tivessem menores de 16 anos de idade ou mulher grávida ou amamentando. (RUA, 2005).

Em 2007, mais de 11 milhões de famílias (cerca de 46 milhões de pessoas, um quarto da população brasileira) recebia benefícios do Programa Bolsa Família. O orçamento do governo para o programa era de mais de 7,5 bilhões de reais em 2006, equivalente a 0,35% do PIB e maior do que o do programa do México, que atendia cerca de 4 milhões de famílias e custou US\$ 2,2 bilhões em 2004. O orçamento é definido e financiado pelo Governo Federal com base na estimativa do número de famílias pobres em cada município, de acordo com o censo demográfico e a PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios). (BRICHER, 2010)

Segundo a autora, essas famílias deveriam se cadastrar junto às prefeituras de seus municípios preenchendo um formulário, que solicita informações sobre renda e composição familiar. Essas informações determinavam ou não ingresso da família solicitante programa.

Segundo Barros (2006), as famílias com renda mensal per capita inferior a 60 reais eram classificadas como em situação de extrema pobreza e recebiam o benefício mesmo na ausência de crianças ou mulher grávida ou amamentando. Recebiam 50 reais por mês e mais 15 reais por beneficiário (até três). Para receber os 15 reais, crianças de 6 a 15 anos deviam estar matriculadas na escola e frequentar pelo menos 85% dos dias letivos, mulheres grávidas ou amamentando deviam fazer pré-natal e pós-natal e crianças de 0 a 7 anos deviam tomar todas as vacinas recomendadas. Famílias com renda mensal per capita entre 60 e 120 reais recebiam 15 reais por mês por beneficiário (menores de 16 anos ou mulher grávida ou amamentando), até um máximo de três (para evitar incentivos para aumento da natalidade).

Para Soares, Ribas e Osorio (2007) apud Bricher (2010), o processo de seleção de beneficiários é falho e pode permitir que famílias não elegíveis obtinham o benefício, uma vez que os dados informados nos formulários não são verificados quanto a sua veracidade.

2.1. O Município de Sapezal - MT

A formação do núcleo urbano de Sapezal está ancorada numa proposta de colonização do falecido senhor André Antônio Maggi, que foi desbravador do município e deu esta denominação à cidade em referência ao rio Sapezal.

O rio Sapezal deságua no rio Papagaio, pela margem esquerda, que por sua vez joga suas águas no rio Juruena. O sapé, que dá nome ao rio, é planta da família das gramíneas, conhecida por sua propriedade de servir de cobertura de ranchos.

O território de Sapezal foi amplamente cortado por viajantes e aventureiros a partir do séc. XVIII. Que passaram pela região a expedição de

Marechal. Cândido Rondon, que instalou a linha telegráfica cortando o Brasil. Mas, o processo de colonização só ocorreu a partir da abertura da fronteira agrícola mato-grossense.

As distâncias entre as fazendas variavam de 40 a até 100 Km. As estradas que ligavam as fazendas umas às outras eram, na verdade, picadas abertas no cerrado pelos próprios colonos, o que dificultava a formação de um centro de maior povoamento.

Os pioneiros foram colonos sulistas, a maior parte vinda do Norte do Rio Grande do Sul, Oeste de Santa Catarina e oeste do Paraná que chegaram nas décadas de 70 e 80. Citamos alguns: Paulino Abatti, Ricardo Roberto, Arno Schneider, Ademar Rauber, Eriberto Dal Maso, Elenor Dal Maso, Írio DalMasó, Mauro Paludo, família Scariote e outros.

A atual zona urbana começou a ser povoada com a abertura da estrada MT 235 (Estrada Nova Fronteira) e do Loteamento da Cidezal Agrícola, de propriedade de André Antônio Maggi, em meados de 1987.

O município de Sapezal foi criado pela Lei Estadual nº 6.534, de 19 de setembro de 1994, sendo primeiro prefeito André Antonio Maggi.

De acordo com a dependência genealógica, o município de Cuiabá deu origem ao Município de Nossa Senhora da Conceição do Alto Araguaia (Diamantino), que deu origem ao Município de Campo Novo do Parecis, do qual originou-se o Município de Sapezal.

3. ANÁLISE E DADOS DA PESQUISA

Foi realizado um levantamento quanto ao número de alunos matriculados no período trienal de 2012 e 2014, que cursavam o ensino fundamental nos, 6º e 9º anos, na Escola Municipal Antônio Clarismundo Scheffer, beneficiados pelo Programa Bolsa Família com a intenção de confrontados com os que não eram beneficiados pelo referido programa. A intenção é perceber se os estudantes que foram beneficiados pelo programa tiveram melhor rendimento escolar do que os que não foram, analisando o

número de repetências e de evasão escolar, bem como o número dos que foram promovidos para cursarem os anos seguintes.

A Escola Antônio Clarismundo Scheffer funciona no período matutino e vespertino, com turmas do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental em ambos os períodos. Analisando os registros da escola percebeu-se que o total de matriculados por turmas foi o seguinte:

Matriculados – Ano Letivo 2012		
Escola Municipal Antônio Clarismundo Scheffer		
Turmas	Matriculas	Percentual
6º ano do Ensino Fundamental	63	31%
7º ano do Ensino Fundamental	55	27%
8º ano do Ensino Fundamental	52	26%
9º ano do Ensino Fundamental	32	16%
Total de matriculados	202	100%

Desses estudantes, os que participavam ou não do Programa Bolsa Família eram os seguintes:

Ano Letivo 2012					
Escola Municipal Antônio Clarismundo Scheffer					
Turmas	Matriculados	Participantes do PBF	Participam do PBF (%)	Não participantes do PBF	Não participam do PBF (%)
6º ano	63	33	16%	30	15%
7º ano	55	31	15%	24	12%
8º ano	52	22	11%	30	15%
9º ano	32	18	9%	14	7%
Total	202	104	51%	98	49%

Como se pode perceber, o percentual dos estudantes que participam do Programa Bolsa Família é 1 ponto percentual acima dos que não participam, ou seja, enquanto os que participam do programa perfazem 51%; dos que não participam corresponde 49%.

Ao analisar o número de alunos durante o decorrer do triênio de 2012 a 2014, que evadiram por diferentes motivos, percebeu-se que apenas 3 estudantes que cursavam o 9º ano e que não participavam do programa foram transferidos para outras escolas de outros estados.

Ao final do aluno letivo, o número de aprovados e reprovados por turma foi o seguinte:

Índice de aprovação e reprovação - 2012 - 2014					
Escola Municipal Antônio Clarismundo Scheffer					
Turmas	Matriculas	Aprovação	%	Reprovação	%
6º ano	63	62	98%	1	2%
7º ano	55	51	93%	4	7%
8º ano	52	50	96%	2	4%
9º ano	29	25	86%	14	14%

Ao analisar a relação dos reprovados percebeu-se que o aluno retido no 6º ano não era beneficiado pelo Programa Bolsa Família; no 7º ano, porém, dos 4 reprovados, um era beneficiado pelo programa e 3 não eram; no 8º ano, dos dois que foram reprovados, um era beneficiado pelo programa e o outro não; no 9º ano, os quatro reprovados não faziam parte do programa.

Isso leva-nos a considerar que o controle do Ministério de Educação e Cultura – MEC –, para fins de concessão do benefício do Programa Bolsa Família, da frequência escolar de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade gera informações para o acompanhamento da trajetória educacional de seus beneficiários. Cruzando tais informações com dados realizadas pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística da PNAD/IBGE 2013 e do Censo

Escolar, percebe-se que a frequência à escola está contribuindo não apenas para melhorar a vida dos beneficiários, mas, também, a de vários indicadores educacionais, afirma Quadros (2008).

Segundo Bicher (2010), uma das condicionalidades para a família não perder a bolsa é que os filhos entre seis e 17 anos frequentem, no mínimo, 85% das aulas todos os meses. Certamente, essa é forte motivação para os altos índices de frequência registrados, mas, uma vez na escola, esses meninos têm conseguido terminar o ensino fundamental e prosseguem no ensino médio. São cerca de 16 milhões de crianças, adolescentes e jovens, o que corresponde a perto de 40% do total dos alunos do ensino fundamental. No Nordeste, esse índice chega a alcançar quase metade das matrículas.

Muito mais promissoras são as perspectivas apontadas por Costa (2001) e que tem afirmado que, se as escolas conseguirem reter os estudantes fazendo com que concluam o ensino fundamental, é possível que se tenha um Brasil mais igualitário quanto às oportunidades de educação e profissionais.

Segundo Rua (2012), a média de anos de estudo da população, que é hoje de pouco mais de 7 anos, aumentará sensivelmente. Mas, sobretudo, adolescentes e jovens que saíram da rua, aprenderam a conviver com as regras próprias do ambiente escolar e foram adquirindo hábitos de disciplina, de compartilhamento de aprendizagem com os colegas, acessando novos conhecimentos, ampliando os horizontes culturais. Serão, ao final, milhões de pessoas mais escolarizadas, que aspirarão para os filhos trajetória educacional maior, exigindo também, como direito, melhor qualidade de ensino e de oportunidades. Situação bem diferente da atual.

Segundo dados PNAD/IBGE 2014, enquanto no estrato dos 20% mais ricos da população a escolaridade média dos que têm mais de 15 anos é de 10,7 anos, os 20% mais pobres nessa faixa etária têm apenas 5,3 anos de estudo. Nessa mesma faixa etária, entre os 20% mais ricos, 86% concluíram o ensino fundamental, enquanto no estrato dos 20% mais pobres apenas 40% alcançaram esse privilégio.

A boa novidade trazida pelo controle da frequência dos beneficiários do Bolsa Família é que isso começa a mudar graças ao desempenho dos alunos

cuja renda familiar os coloca entre os 20% mais pobres da população. Bom exemplo é a evolução das matrículas de jovens de 15 a 17 anos no ensino médio. A análise do período compreendido entre 2004 e 2009 indica crescimento constante, que vai de 44,2% a 50,9%. Tomando como base, mais uma vez, os estratos dos 20% mais ricos e dos 20% mais pobres, o que se vê é pequeno crescimento entre os mais ricos, enquanto entre os mais pobres a taxa aumenta em mais de 50%, (PNAD/IBGE, 2014).

Outro progresso notável refere-se às taxas de aprovação. Dados do Censo da Educação Básica (2014) indicam que os beneficiários do Programa Bolsa Família têm aprovação semelhante à média brasileira no ensino fundamental e bem superior no ensino médio. Melhor ainda: no Nordeste, ela é maior nos dois níveis de ensino. A situação só se inverte quando olhamos as taxas de abandono. Felizmente. Nesse caso, elas mostram que o percentual é menor entre os beneficiários, tanto no ensino fundamental quanto no médio. Em resumo, eles estão frequentando mais, abandonando menos e melhorando os índices de aprovação.

Reportando-se a Bicher (2010), é razoável supor que, uma vez na escola, eles aproveitam a oportunidade para seguir uma trajetória escolar da qual estavam excluídos. O desafio maior fica por conta dos professores e gestores. É importante que eles conheçam e reflitam sobre tais dados. Acolher o beneficiário do Programa Bolsa Família sem discriminação e com atenção redobrada, reconhecendo suas deficiências de formação formal e social, é fundamental para que se possa extrair deles todo o potencial de desenvolvimento.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O programa brasileiro Bolsa Família é o maior programa do Brasil que oferece incentivos às famílias para matricular e manter as crianças na escola.

Sendo o Brasil um país rico possui os atributos necessários de enfrentamento a exclusão social que é causada pela pobreza e falta de saber

que envolve a população excluída. O mergulho nesse trabalho possibilitou-me ver que a principal causa do elevado grau de pobreza é de fato a má distribuição de renda gerada por uma grande desigualdade educacional.

O Programa Bolsa Família, programa de transferência de renda, foco deste trabalho é um projeto social de grande porte, e isso não resta dúvida, cuja indicação em médio prazo é aumentar o investimento em capital humano no país, para reduzir a desigualdade educacional e por conseguinte a pobreza pode ser eliminada sem a necessidade continuada da intervenção direta do estado – ou seja, uma vez proporcionando oportunidade de independência através da diminuição das desigualdades sociais o cordão umbilical que alimenta a alienação, o clientelismo e assistencialismo fatalmente será eliminado.

Diante disso e por ter um enorme potencial enquanto política pública, merece mais atenção e deve abrir espaço para novas discussões sobre algumas questões, inclusive no que diz respeito ao gerenciamento pedagógico e operacional de sua aplicação, uma vez que o caos social é apontado como principal desafio do país, pesa sobre os ombros do estado as iniciativas que apontem para futuras estratégias de combate à miséria.

Há de se destacar que a relação desigual entre educação e pobreza tem se tornado alargo passos o elemento corrosivo que dilacera os sonhos e as perspectivas de todos aqueles que buscam se educarem. Nesse entrave é preciso haver uma efetiva participação que envolva os diversos setores da comunidade, essa consciência vai gerar sintonia de maneira a provocar a formação de um novo molde da sociedade, um modelo que seja mais preocupado e determinado a atuar na raiz da causa de tanta indiferença social, do contrário vai ter reinado vitalício a exclusão e a pobreza.

Diante do mundo globalizado é até cômico a afirmação de tempos passados, que a miséria gradativamente desapareceria com o desenvolvimento do homem e da sociedade, isso sim é ilusório.

A educação é ponto convergente quando se discute os caminhos para o combate às desigualdades sociais; ela tem o poder de tornar as pessoas capazes de contribuir para a solução de problemas da nossa sociedade, que

não são poucos e dentre os quais, ode ter a maioria absoluta da população mundial hoje sem acesso no mínimo à educação primária, imaginar apenas já é preocupante. A única coisa que pode reverter esse quadro é a aplicação de políticas pensadas a partir da educação cidadã. Embora a educação se trate de um direito universal, e fazendo assim até uma abordagem bem específico, esse direito não tem sido respeitado e esse quadro só mudará se houver reivindicação social desse direito.

O governo sozinho não financia estudo algum. É financiado com os recursos que sai da sociedade, e é desse dinheiro que tem de aumentar o investimento em educação. O ingresso à Educação precisa ser entendido como passaporte condicional para a concretização de outras garantias é o alicerce essencial e obrigatório na gênese do ser humano, e de igual modo na conservação e composição dos outros direitos econômicos, sociais e culturais.

O impacto dos programas de transferência de renda é maior na permanência do que na promoção escolar e isso se explica porque o programa em si não tem o poder de oferecer qualidade, ela atua na questão da oportunidade não sendo de maneira alguma garantia construção de conhecimento, essa edificação passa obrigatoriamente pela escola com (educação qualitativa), esse aspecto envolve o gerencial – pedagógico, do contrário o sucesso vai estar apenas nos números estatísticos (educação quantitativa) que tantos organismos internacionais prezam e buscam.

O Programa Bolsa Família estimula a presença na escola, mas não é eficaz em garantir rendimento escolar, isso é uma verdade incontestável. O fato de o mesmo passar a noção pura e simples de beneficiário faz com que a família perceba este como uma.

Esse sentido acaba colocando por terra os reais objetivos do programa, deixando margem ao entendimento que perdeu a característica de incentivo a permanência da criança e do adolescente na escola, tornando-se um auxílio por parte do poder estatal, de maneira que tem contribuído de certa maneira para reforçar uma prática assistencialista, limitando-se muitas vezes ao recebimento de bolsa e frequência a escola, constituindo-se em mais um elenco dos programas de combate a pobreza.

Apesar de se caracterizar como sendo um programa de combate a pobreza ele se propõe muito mais a promover um aumento da eficácia da política social como todo, pois sua eficácia depende da articulação com as demais políticas públicas.

É um equívoco grosseiro imaginar que os programas de transferência de renda extinguem num abrir e fechar de olhos a ameaça do abandono escolar, e garantem a permanência da criança na escola, mas, é uma grande iniciativa, uma motivação para as famílias, porém seu efeito vai de encontro apenas a umas das causas do problema o da pobreza extrema.

Não se pode negar que a evasão escolar é uma moeda com dois lados e o outro lado não está diretamente vinculadas as condições financeiras da família. Aspectos como repetência, a infraestrutura precária das escolas e eventuais crises familiares são apenas exemplos deste outro lado e nessa realidade os programas de transferência de renda certamente não exercem poder algum.

É preciso que esse programa seja acompanhado de um conjunto de outras políticas públicas. Eles somente serão completos, quando forem tratados em conjunto com outras iniciativas, ou seja, vir acompanhado de outras ações determinantes para a melhoria na qualidade de ensino e no nível de seus profissionais. Somente assim, a sua implantação terá tratamento curativo ao invés de paliativo, derrubando as barreiras que tornam as famílias reféns de si mesma, para prosseguirem pelo caminho de uma vida mais digna e fazendo cair por terra o marasmo social que está inserido.

Apesar das falhas e limitações da escola, os programas de transferência de renda, não podem em hipótese alguma deixar de ter um olhar promissor no combate à evasão escolar no nosso país. Apesar de receber críticas de vários especialistas, todos concordam e reconhecem o importante papel que tais benefícios proporcionam, e podemos até compará-lo a Previdência Social: ameniza os dramas da sociedade, mas poderia ser bem melhor.

Nesse contexto, as famílias seriam parte importante e precisariam de capacitação que promovesse a inclusão ou até mesmo a re-inclusão social, e estaria cumprindo o seu papel, pois a família ainda é o melhor lugar para a criança crescer. Sem essa estrutura, a própria escola é insuficiente, e estará de mãos atadas, sendo o mesmo que remar contra a correnteza.

Os programas de transferência de renda para muitas crianças que dependem deles para estudar, é a grande e porque não dizer, a única chance de ter uma vida melhor com perspectivas de um futuro promissor. A participação de muitos deles no programa não os impedirá de continuarem pobres e com muitos dos problemas que já fazem parte do dia a dia de cada um hoje, entretanto ao menos nenhuma dessas crianças terá que se parar com o embaraço ou o acanhamento indisfarçável de quem jamais conseguiu sentir a sensação da oportunidade na escola.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, R. Paes, M. Carvalho, S. Franco e R. Mendonça. **Uma Análise das Principais Causas da Queda Recente na Desigualdade de Renda Brasileira**. Texto para Discussão no. 1203. Rio de Janeiro, RJ: IPEA, 2006.

BICHER, Renata Miranda. **O Bolsa Família na Berlinda: os desafios atuais dos programas de transferência de renda**. Novos Estudos 87. 2010. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362013000300007&lang=pt Acesso:12/12/2014.

BRASIL. **Compromisso todos pela educação rumo a 2022**. Disponível em www.mec.gov.br. Acesso em: 06 de junho de 2014.

CENSO DE EDUCAÇÃO BÁSICA 2012. Disponível portal.inep.gov.br/**basica-censo** Acessado em 02/02/2015

COSTA, Ana Sheila Fernandes; AKKARI, Addeljalil; SILVA, Rosana Valéria Souza. **Educação Básica no Brasil: Políticas Públicas e Qualidade.** Vitória da Conquista, ES: Práxis Educacional, 2011.

OLIVEIRA, Adão Francisco de. **Políticas Públicas Educacionais: Conceito e Contextualização numa perspectiva didática.** Disponível em: <http://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2012/01/texto-4-ol%C3%8Dticas-p%C3%9Ablicas-educacionais.pdf>. Acessado: 19/04/2014.

QUADROS, Neli Helena Bender de. **Políticas públicas voltadas para a qualidade da educação no ensino fundamental: inquietudes e provocações a partir do plano de desenvolvimento da educação.** Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de Passo Fundo, 2008.

PIRES, André. **Afinal para que servem as condicionalidades em educação do Programa Bolsa?** Rio de Janeiro, RJ: 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362013000300007&lang=pt Acessado:12/12/2014.

PNDA/IBGE. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=40. Acessado em 21/11/2014.

RUA, Maria das Graças. **Políticas Públicas.** 2. Ed. Reimp.-Florianópolis, SC: Departamento de ciência da administração/UFSC, 2012.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O Papel das políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade.** Bahia, BA:2002. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf. Acessado em 22/12/2014.

VALENTE, A.L. **"O Programa Nacional de Bolsa Escola e as ações afirmativas no campo educacional"**. In: BICHER, Renata, Mirandola. Os desafios atuais do programa de transferência de renda, 4., 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S01033002010000200007&lang=pt. Acessado em 15/11/2014.

<<http://noticias.r7.com/brasil/bolsa-familia-nasceu-da-unificacao-de-programas-denbspfernando-henrique-cardoso-01062013>> Acessado em 20/06/2014.

<<http://www.mtseusmunicipios.com.br/NG/indexint.php?sid=231>> Acessado em 20/02/2014.

<<https://conteudoclippingmp.planejamento.gov.br/cadastros/noticias/2011>> Acessado em 10/02/2015.